



ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO: INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?

Jessica Maria Florencio de Oliveira¹; Álisson Emmanuel Franco Alves²; Mayla Aracelli Araújo Dantas³; Simone Silva dos Santos Lopes⁴

1. *Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba-* jessicaflorencio@hotmail.com
2. *Aluno do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba-* alisson.biologo@hotmail.com
3. *Aluna do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba-* aracellidantas@hotmail.com
4. *Professora Orientadora de Biologia da Universidade Estadual da Paraíba-* sisilsantos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva resulta de um movimento histórico de ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (UNESCO), o processo inclusivo trata-se de uma “forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e ter uma visão para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem”. Nesse contexto inclui-se o direito humano à educação, estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 que declara ser dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

A proposta da educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional que fundamenta-se em defender a heterogeneidade na classe escolar. Esta apresenta uma perspectiva inovadora em relação à educação integradora, que limita-se apenas à inserção física de alunos com necessidades especiais na rede comum de ensino e que, conseqüentemente, resulta uma lógica discriminatória e “não inclusiva”. O princípio da inclusão escolar propõe que os sistemas educacionais se responsabilizem em estabelecer condições que promovam uma educação de qualidade para todos, assim como realizar adequações que atendam todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, isto é, pessoas com deficiências físicas, mentais e pessoas com outras características atípicas. Ou seja, o sistema educacional se adequa às



necessidades de seus alunos (escolas inclusivas) e não os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SILVA et al., 2006).

As dimensões e os fatores que apontam para construção do ensino-aprendizagem significativo é uma temática complexa, entretanto, a educação inclusiva surge como uma possibilidade de aperfeiçoamento da educação escolar que visa beneficiar todos os alunos, portadores ou não de deficiências, ao promover uma abertura incondicional às diferenças. Como afirma FREIRE (1996):

“O processo educativo deve ser orientado pela Ética de Libertação, sendo preciso agir contra qualquer tipo de discriminação de raça, gênero e classe, defender o respeito aos outros, a coerência, a capacidade de viver e aprender com o diferente”.

Atualmente a educação inclusiva configura-se como um paradigma educacional embasado nos direitos humanos e estabelece que a igualdade e respeito às diferenças são valores indissociáveis, porém existe uma grande distância entre a proposta teórica inclusiva e a prática escolar da mesma. Tais dificuldades e limitações ocorrem em virtude da ausência de professores capacitados a fim de atender às necessidades educativas especiais, além da falta de infraestrutura adequada e condições materiais para desenvolver o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência (SANT’ANA, 2005).

Destaca-se ainda que a escola não pode ficar alheia às transformações sociais e culturais advindas da sociedade contemporânea, visto que esta pertence ao meio social e, por isso, sofre as influências do mesmo. Nessa perspectiva, as transformações impostas pela sociedade referente a novas formas de produção e apropriação dos saberes justifica uma nova abordagem educacional inclusiva, no qual são necessários novos métodos didáticos, além de uma nova relação entre os intervenientes e atores do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo investigar tanto os conhecimentos dos professores da Educação Básica a respeito do processo inclusivo quanto às estratégias pedagógicas alternativas que são utilizadas com crianças que apresentam deficiência, visando à inclusão e não apenas inserção das mesmas nas salas de aula.

2. METODOLOGIA

A presente investigação teve como público-alvo 13 professores da escola Instituto Santo Antônio, localizada no município de Campina Grande- PB. Esta instituição apresenta alunos portadores de necessidades especiais inseridos no ensino regular. O procedimento empregado para



coleta de dados foi através da aplicação de um questionário semiestruturado, cujo propósito foi abordar as seguintes questões: conhecimentos e desenvolvimento do processo sobre a Educação Inclusiva. Foi utilizado o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), trabalhando a partir do agrupamento e categorização das unidades de respostas que representam o conjunto de concepções comuns ao grupo pesquisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É direito de todas as crianças o acesso à escola, sendo este o local responsável para a formação de valores, normas e atitudes favoráveis à sua cidadania bem como do domínio de competências e habilidades para a vivência social. Logo, oportunidades educacionais adequadas a todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades educacionais especiais, em uma classe comum, é o principal objetivo do processo de inclusão.

Na perspectiva inclusiva, toda escola deve promover ambiente acessível de modo que elimine as barreiras arquitetônicas e adeque os espaços que atendam à diversidade humana. Segundo Schirmer et al., (2007) os prédios escolares não apresentam acessibilidade e esta depende das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de locomoção e de uso de atividades que permitam os indivíduos participarem das atividades escolares e estabelecerem relações com as demais pessoas. Diante do exposto, foi observado que a escola investigada no presente estudo apresenta apenas rampas de acessibilidade, salas no térreo e mesas adequadas visando atender as necessidades dos alunos especiais. Com frequência, a falta de mais adaptações na infra-estrutura escolar é uma das dificuldades encontradas na realização do processo inclusivo, corroborando com estudos na área (BEZ, 2009; LEONARDO, 2008).

Quanto ao tempo de exercício profissional, a maioria dos participantes apresentou um longo período de experiência, com no mínimo de dois anos e máximo de vinte anos de atuação na área. E dentre os dados obtidos referentes aos conhecimentos sobre Educação Especial, pôde-se verificar que todos possuíam tal competência a partir de vários meios, tais como o curso de graduação, curso de extensão, curso de especialização, mestrado, leituras independentes, palestras e outros. Entretanto, a maioria dos professores acredita não possuir conhecimentos suficientes para incluir alunos com necessidades especiais em suas aulas. De acordo com tal fato, os docentes argumentam que ninguém nunca terá conhecimento por completo posto que a formação é contínua, ou seja, o aprendizado é constante. Esta concepção vem reafirmar o que aponta Siqueira et al. (2015), visando o reconhecimento de que a formação inicial dos professores apresenta lacunas e que para



minimizar as problemáticas enfrentadas no processo de ensino aprendizagem se faz necessário atualizar-se através de formações continuadas como estratégia para superar resultados não atingidos na formação anterior e ampliar os conhecimentos já estabelecidos, com intuito de transformação das práticas pedagógicas.

Destaca-se ainda que apenas três professores dentre o grupo pesquisado assente possuir conhecimentos suficientes para saber lidar com estudantes com deficiências e para isso as estratégias didáticas utilizadas que foram mencionadas, com intuito de facilitar o processo de ensino aprendizagem de todos, foram as seguintes: primeiramente faz-se necessário conhecer o tipo de deficiência do aluno e assim trabalhar de acordo com suas necessidades, utilizando gravuras, músicas e até gesticulação, assim como fazer o uso de recursos tecnológicos adaptados de acordo com a realidade do aluno. Estes professores, assim como os demais, não contam com auxílio de nenhum outro profissional especializado em sala de aula, e tal fato é relevante visto que o professor atua a maior parte do tempo junto aos alunos e não isoladamente. Segundo Schirmer et al.,(2007) alunos com deficiência física, por exemplo, possuem dificuldades ao realizar muitas tarefas rotineiras no ambiente escolar, pois não conseguem realizar suas atividades e ficam em desvantagem visto que não tem a oportunidade de criar e desafiar seus colegas.

Na análise do conteúdo, foi possível verificar que a participação do aluno portador de deficiência nas atividades escolares auxilia na inclusão social tanto dos professores e os demais profissionais da escola quanto dos alunos, pois como eles afirmam há uma troca mútua de experiências e uma compreensão dos limites dos outros, assim como aprende a ser solidário, conviver, aceitar e respeitar as diferenças. Nesse contexto, Gotti (1998) afirma que inclusão escolar implica muito mais do que apenas possibilitar um espaço físico comum a todos os alunos, sejam eles especiais ou não, requer também que todas as pessoas que compõem a comunidade acadêmica se envolvam na luta pela conscientização sobre o direito à cidadania.

4. CONCLUSÕES

Os principais resultados apontaram que a maioria dos participantes não possui conhecimentos suficientes sobre o processo de inclusão escolar. Tal fato revela que praticamente nenhum dos participantes da pesquisa recebeu qualquer tipo de preparo ou capacitação que pudesse facilitar no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais em sua sala de aula, ou seja, a maioria dos professores está ciente de não estarem preparados para a inclusão, de que não



aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e, por isso, necessitariam do apoio de especialistas na área.

Em face do cenário apresentado, tornam-se evidentes as dificuldades à proposta de inclusão. Entretanto o principal obstáculo enfrentado parece ser a falta de capacitação do professor para atuar com esse alunado especial. Logo, são necessárias alterações no sistema educacional vigente a fim de proporcionar o cumprimento dos objetivos da inclusão e assim tornar-se o processo inclusivo uma grande possibilidade de re-significação da educação e então superar o paradigma da integração, que ao invés de incluir acaba promovendo a exclusão dos alunos a uma educação de qualidade. Sendo importante destacar que embora existam inúmeras dificuldades vivenciadas por todos os professores, estes tentam ao seu modo viabilizar a educação inclusiva através de diferentes maneiras e métodos, considerando as particularidades de acesso ao conhecimento de cada um.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZ, A. S. **A Educação Inclusiva No Município De Santa Rosa Do Sul (Sc): Realidade, Dimensões E Contribuições**. 2009. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista)- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOTTI, M. O. (1998). **Integração e inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial**. Em M. Marquenzine (Org.), *Perspectivas multidisciplinares em educação especial* (pp.365-372). Londrina: Ed. UEL.

LEONARDO, N. S. T. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v.12, n.2, p. 431-440, 2008.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n.2, p. 227-234, 2005.



SCHIRMER, C. R. et al. **Atendimento Educacional Especializado: deficiência física.** Brasília: Ministério da Educação, 2007.

SILVA, A.F. et al. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SIQUEIRA, A. O. S. et al. O processo de formação continuada de professores: ações do gestor escolar voltadas a transformação das práticas pedagógicas. **Revista Educa**, v.2, n.3, p. 144-158, 2015.

UNESCO. **Orientações para a inclusão: garantindo o acesso à educação para todos.** França: Unesco, 2005. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/20/fl_43.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

